

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO - O prazo contratual fica prorrogado em 08 (oito) meses, a partir de 01/01/2023 a 09/08/2023.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - A despesa decorrente deste termo correrá à conta do Programa de Trabalho: 12122142342930000; Natureza da Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, FONTE: 100 (RP), 200 (CV) e 700 (RPI).
CLÁDA FUNDAMENTAÇÃO - O presente termo tem como fundamentação legal o art. 57, § 1º, e art. 65, da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.
DA RATIFICAÇÃO - As partes ratificam todas as demais cláusulas do CONTRATO/IDEP-DM/Nº. 036/2018, PROCESSO GA Nº. 2018.07.332, PREGÃO SRP Nº. 516/2017 - CPL 04, que não foram alteradas por este Termo.
Rio Branco-Acre, 22 de novembro de 2022.

Assinam: Carlos Sérgio Mendes Peres, pela Contratante e Robson dos Santos da Silva, pela Contratada.

ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA IEPTEC/ DOM MOACYR
GABINETE DO PRESIDENTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO/Nº. 001/2022 PREGÃO SRP Nº. 09/2021 – CLP 05
PARTES: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC DOM MOACYR E A EMPRESA JWC MULTISERVIÇOS LTDA
DO OBJETO – DO OBJETO - Constitui objeto deste Termo aditivo a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº 001/2022, que visa a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio técnico administrativo e operacional, para atender às necessidades e demandas do Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC DOM MOACYR.
DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO - O prazo contratual fica prorrogado em 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2023 a 31/12/2023.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes da contratação objeto da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados nas seguintes Dotações Orçamentárias: Programa de Trabalho n.º 717.2012.45040000, 717.2012.44810000 e 717.2012.44820000 e Elemento de Despesa n.º 33.90.37.00 – Fonte de Recursos: 100 (RP), 200 (PRONATEC) e 700 (RPI).
DO VALOR – O valor do Contrato é de R\$ 3.042.925,05 (três milhões, quarenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinco centavos) s
Rio Branco-Acre, 16 de dezembro de 2022.

Assinam: Carlos Sérgio Mendes Peres, Pela Contratante e Zenilda de Lima Pessoa, pela Contratada.

ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA IEPTEC/ DOM MOACYR
GABINETE DO PRESIDENTE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC DOM MOACYR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO/Nº. 002/2022 PREGÃO SRP Nº. 247/2021 – CLP 02/SEE
PARTES: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – IEPTEC DOM MOACYR E A EMPRESA FM TERCEIRIZAÇÃO EIRELI
DO OBJETO – DO OBJETO - Constitui objeto deste Termo aditivo a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA do Contrato Nº 002/2022, que visa a contratação de empresa de empresa para prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo, técnico e operacional (Agente de Portaria Noturno) para atender as demandas do Instituto de Educação Profissional e Tecnológica - IEPTEC DOM MOACYR.
DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO - O prazo contratual fica prorrogado em 12 (doze) meses, a partir de 01/01/2023 a 31/12/2023.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes da contratação objeto da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados nas seguintes Dotações Orçamentárias: Programa de Trabalho n.º 717.2012.45040000 e Elemento de Despesa n.º 33.90.37.00 – Fonte de Recursos: 100 (RP) e 700 (RPI).
DO VALOR – O valor do Contrato é de R\$ 759.336,00 (setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e seis reais)
Rio Branco-Acre, 21 de dezembro de 2022.

Assinam: Carlos Sérgio Mendes Peres, pela Contratante e Zenilda de Lima Pessoa, pela Contratada.

IMAC

PORTARIA IMAC Nº 220, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

PORTARIA NORMATIVA IMAC Nº 220, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelece a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança de Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência, conforme art. 8º, 9º, 10, 11, 12 e 19 da Lei Federal nº 12.334 de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB e suas alterações decorrentes da Lei Federal nº 14.066 de 30 de setembro de 2020.

O Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto nº 4.589 de 06 de maio de 2016 publicado no D.O.E n.º11.802.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO a atribuição ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a competência para zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.066, de 30 de setembro de 2010, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).

CONSIDERANDO que compete ao IMAC, no âmbito de suas atribuições, fiscalizar as barragens para as quais outorgou o direito de uso dos recursos hídricos e/ou para as quais emitiu licença ambiental quando o objeto for acumulação de água ou de resíduos industriais, exceto as para fins de aproveitamento hidrelétrico e disposição de rejeitos de mineração conforme art. 5º, da Lei Federal nº 12.334 de 2010.

CONSIDERANDO que o Plano de Segurança da Barragem é um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e que cabe ao empreendedor elaborá-lo, atualizá-lo e encaminhá-lo ao órgão fiscalizador, conforme os artigos 6º, inciso II, e 17, inciso VII, da Lei Federal nº 12.334 de 2010.

CONSIDERANDO que compete ao órgão fiscalizador estabelecer a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem conforme art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 12.334 de 2010.

CONSIDERANDO que a Revisão Periódica de Segurança da Barragem é parte integrante do Plano de Segurança da Barragem e que compete ao órgão fiscalizador estabelecer a periodicidade, a qualificação técnica da equipe responsável, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento da revisão, em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem, conforme art. 10, § 1º, da Lei Federal nº 12.334 de 2010;

CONSIDERANDO que a Lei nº Federal 12.334, atribuiu aos órgãos fiscalizadores a competência para definir a periodicidade, a qualificação da equipe técnica responsável, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento das inspeções de segurança regulares e especiais.

CONSIDERANDO a Resolução CNRH nº 143, de 10 de Julho de 2012 que estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo seu volume, em atendimento ao art. 7º da Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO a Resolução CNRH nº 144, de 10 de Julho de 2010 que estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, bem as alterações decorrentes da Resolução CNRH nº 223, de 20 de novembro de 2020, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e

CONSIDERANDO a Lei Estadual 1.500, de 15 de julho de 2003, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, e em especial os artigos 57 e 58 que estabelecem as infrações e penalidades cabíveis, principalmente no caso de infringências referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio do Estado do Acre.

RESOLVE:

Art. 1º - Definir, nesta Portaria, a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação do responsável e equipe técnica, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança de Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência, de barragens de acumulação de água e resíduos industriais.

Art. 2º - Para efeito desta Portaria considera-se:

I - Barragem: qualquer estrutura construída dentro ou fora de um curso permanente ou temporário de água, em talvegue ou em cava exaurida com dique, para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas;

II - Barragens novas: barragens cujo início do primeiro enchimento ocorrer após a publicação desta Portaria;

III - Barragens existentes: barragens cujo início do primeiro enchimento ocorrer em data anterior à publicação desta Portaria;

IV - Barragens de acumulação de água fiscalizadas pelo IMAC: barragens situadas em cursos d'água de domínio do Estado do Acre, exceto aquelas cujo o uso preponderante seja a geração hidrelétrica;

V - Reservatório: acumulação não natural de água de substâncias líquidas ou de mistura de líquidos e sólidos;

VI - Segurança de barragem: condição que vise a manter a sua integridade estrutural e operacional e a preservação da vida, da saúde, da propriedade e do meio ambiente;

VII - Inspeção de Segurança Regular - ISR: atividade sob a responsabilidade do empreendedor realizada de acordo com a periodicidade pré-definida nesta Portaria, com o escopo de identificar, avaliar e monitorar anomalias que afetem potencialmente as condições de segurança e de operação da barragem, bem como seu estado de conservação;

VIII - Inspeção de Segurança Especial - ISE: atividade sob a responsabilidade do empreendedor que visa avaliar as condições de segurança da barragem em situações específicas definidas no art. 26 desta Portaria, devendo ser realizada por equipe multidisciplinar de especialistas nas fases de construção, operação e desativação;

IX - Ciclo de Inspeções: período de realização das Inspeções de Segurança Regulares-ISR;

X - Primeiro Ciclo de Inspeções: Ciclo de Inspeções compreendido entre 01 de janeiro e 30 de junho do mesmo ano;

XI - Segundo Ciclo de Inspeções: Ciclo de Inspeções compreendido entre 01 de julho e 31 de dezembro do mesmo ano;

XII - Risco: probabilidade da ocorrência de um acidente;

XIII - Gestão de risco: ações de caráter normativo, bem como aplicação de medidas para prevenção, controle e mitigação de riscos;

XIV - Categoria de Risco: classificação da barragem de acordo com os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente ou desastre, levando-se em conta as características técnicas, os métodos construtivos, o estado de conservação e a idade do empreendimento e o atendimento ao Plano de Segurança da Barragem, bem como de outros critérios definidos pelo órgão fiscalizador;

XV - Dano Potencial Associado à barragem: dano que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, a ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas e os impactos sociais, econômicos e ambientais;

XVI - Anomalia: qualquer deficiência, irregularidade, anormalidade ou deformação que possa afetar a segurança da barragem, tanto a curto como a longo prazo;

XVII - Magnitude: tamanho ou amplitude da anomalia que pode ser insignificante, pequena, média ou grande;

XVIII - Nível de Perigo da Anomalia - NPA: gradação dada a cada anomalia em função do perigo causado à segurança da barragem;

XIX - Nível de Perigo da Barragem - NPB: gradação dada à barragem em função do comprometimento de sua segurança decorrente do efeito conjugado das anomalias;

XX - Área afetada: área a jusante ou a montante, potencialmente comprometida por eventual ruptura da barragem;

XXI - Matriz de Classificação: matriz constante do Anexo I desta Resolução, que relaciona a classificação quanto à Categoria de Risco e quanto ao Dano Potencial Associado, com o objetivo de estabelecer a necessidade de elaboração do Plano de Ação de Emergência- PAE, a periodicidade das Inspeções de Segurança Regular- ISR, as situações em que deve ser realizada obrigatoriamente Inspeção de Segurança Especial- ISE, e a periodicidade da Revisão Periódica de Segurança de Barragem- RPSB;

XXII - Empreendedor: pessoa física ou jurídica que detenha outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que lhe confira direito de operação da barragem e do respectivo reservatório, ou, subsidiariamente, aquele com direito real sobre as terras onde a barragem se localize, se não houver quem os explore oficialmente;

XXIII - Equipe de Segurança da Barragem: conjunto de profissionais responsáveis pelas ações de segurança da barragem, podendo ser composta por profissionais do próprio empreendedor ou contratada especificamente para este fim;

XXIV - Representante legal do Empreendedor: o empresário individual, o sócio-administrador, o presidente, o diretor, o administrador ou outro responsável, assim definido em Requerimento de Empresário, Contrato Social ou sua consolidação, Estatuto ou Ata, devidamente arquivados na Junta Comercial (art. 1.150 da Lei Federal nº. 10.406/2002), que poderá ser representado por procurador;

XXV - Coordenador do PAE: responsável por coordenar as ações descritas no PAE, devendo estar disponível para atuar, prontamente, nas situações de emergência em potencial da barragem, podendo ser o empreendedor ou pessoa designada por este;

XXVI - Declaração de início ou encerramento da emergência: declaração emitida pelo empreendedor ou pelo coordenador do PAE para as autoridades públicas competentes, estabelecendo o início ou o fim da situação de emergência;

XXVII - Fluxograma de Notificação do Plano de Ação de Emergência: documento em forma gráfica que demonstra quem deverá ser notificado, por quem e em qual prioridade, para cada situação de emergência em potencial;

XXVIII - Nível de Resposta: gradação dada no âmbito do Plano de Ação de Emergência - PAE às situações de emergência em potencial da barragem, que possam comprometer a sua segurança e a ocupação na área afetada;

XXIX - Plano de Ação de Emergência - PAE: documento formal elaborado pelo empreendedor, no qual estão identificadas as situações de emergência em potencial da barragem, estabelecidas as ações a serem executadas nesses casos e definidos os agentes a serem notificados, com o objetivo de minimizar danos e perdas de vida;

XXX - Plano de Segurança da Barragem - PSB: instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB previsto na art. 6º, inciso II, da Lei Federal 12.334, de 2010, utilizado para a gestão da segurança de barragem, cujo conteúdo mínimo está detalhado no Anexo II desta Resolução;

XXXI - Revisão Periódica de Segurança de Barragem - RPSB: estudo cujo objetivo é diagnosticar o estado geral de segurança da barragem, considerando o atual estado da arte para os critérios de projeto, a atualização de dados hidrológicos, as alterações das condições a montante e a jusante do empreendimento, e indicar as ações a serem adotadas pelo empreendedor para a manutenção da segurança;

XXXII - Sistema de Alerta: conjunto de equipamentos ou recursos tecnológicos para informar a população potencialmente afetada na Zona de Autossalvamento - ZAS sobre a ocorrência de perigo iminente;

XXXIII - Situação de emergência em potencial da barragem: situação que possa causar dano à integridade estrutural e operacional da barragem, à preservação da vida, da saúde, da propriedade e do meio ambiente;

XXXIV - Zona de Autossalvamento - ZAS: região do vale a jusante da barragem em que se considera que os avisos de alerta à população são da responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes em situações de emergência, devendo-se adotar, no mínimo, a menor das seguintes distâncias para a sua delimitação: a distância que corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação igual a trinta minutos ou 10 km;

XXXV - Zona de segurança secundária (ZSS): trecho constante do mapa de inundação não definido como ZAS;

XXXVI - Estudo de Inundação: estudo capaz de caracterizar adequadamente os potenciais impactos, provenientes do processo de inundação em virtude de ruptura ou mau funcionamento da Barragem de acumulação de água ou de resíduos industriais, que deverá ser feito por profissional legalmente habilitado para essa atividade cuja descrição e justificativa deverá, necessariamente, constar no PAE, sendo de responsabilidade do empreendedor e deste profissional a escolha da melhor metodologia para sua elaboração;

XXXVII - Mapa de inundação: produto do estudo de inundação, compreendendo a delimitação geográfica georreferenciada das áreas potencialmente afetadas por uma eventual vazamento ou ruptura da Barragem e seus possíveis cenários associados, que objetiva facilitar a notificação eficiente e a evacuação de áreas afetadas por esta situação;

XXXVIII - Órgão fiscalizador: autoridade do poder público responsável pelas ações de fiscalização da gestão da segurança da barragem de sua competência, gestão esta de responsabilidade do empreendedor, compreendendo o cumprimento das obrigações legais em relação ao PSB e a verificação in loco das estruturas físicas quanto ao estado de conservação e da identificação de eventuais anomalias aparentes no momento da inspeção.

XXXIX - Acidente: comprometimento da integridade estrutural com liberação incontrolável do conteúdo do reservatório, ocasionado pelo colapso parcial ou total da barragem ou de estrutura anexa;

XL - Incidente: ocorrência que afeta o comportamento da barragem ou de estrutura anexa que, se não controlada, pode causar um acidente;

XLI - Desastre: resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis, que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais;

TÍTULO I

DA MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 3º - As barragens fiscalizadas pelo IMAC serão por ele classificadas de acordo com a Matriz de Categoria de Risco e Dano Potencial Associado, disposta no Anexo I, nas classes A, B, C, D ou E.

Parágrafo Único. O IMAC poderá atualizar a classificação das barragens em decorrência da alteração de suas características ou da ocupação do vale a jusante que requeiram a revisão da Categoria de Risco ou do Dano Potencial Associado à barragem.

TÍTULO II

DO PLANO DE SEGURANÇA DA BARRAGEM – PSB

CAPÍTULO I

DO CONTEÚDO MÍNIMO E NÍVEL DE DETALHAMENTO DO PSB

Art. 4º - O Plano de Segurança da Barragem é um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens, de implementação obrigatória pelo Empreendedor, cujo objetivo é auxiliá-lo na gestão da segurança da barragem.

Art. 5º - O Plano de Segurança da Barragem-PSB deverá ser composto por até 6 (seis) Volumes:

Volume I – Informações Gerais;

Volume II – Documentação Técnica do Empreendimento;

Volume III – Planos e Procedimentos;

Volume IV – Registros e Controles;

Volume V – Revisão Periódica de Segurança da Barragem;

Volume VI – Plano de Ação e Emergência (PAE), exigido conforme o art. 11 da Lei 12.334/2010.

§ 1º Os Relatórios das Inspeções de Segurança Regular-ISR e das Inspeções de Segurança Especial -ISE deverão constar no Volume IV do PSB;

§ 2º As exigências indicadas nas inspeções de segurança regular e especial da barragem devem ser contempladas nas atualizações do PSB;

§ 3º O conteúdo mínimo e o nível de detalhamento de cada volume do PSB estão detalhados no Anexo II.

Art. 6º - A abrangência do Plano de Segurança da Barragem será definida em função da Matriz de Categoria de Risco e Dano Potencial Associado, conforme art. 3º, sendo:

I – classe A, B, C e D (DPA alto ou médio, independente do risco): Volumes I, II, III, IV, V e VI;

II – classes C, D e E (DPA baixo): Volumes I, II, III, IV e V, em caso fortuito de exigência do PSB, a critério do órgão fiscalizador.

§ 1º A extensão e o detalhamento do Plano de Segurança da Barragem deverão ser proporcionais à complexidade da barragem e suficiente para garantir as condições adequadas de segurança;

§ 2º O IMAC poderá determinar a elaboração do Item VI – Plano de Ação de Emergência, sempre que considerar necessário, independente da classe da barragem.

CAPÍTULO II

DO PRAZO PARA ELABORAÇÃO E DA PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO DO PSB

Art. 7º - O PSB deverá ser elaborado e apresentado em meio físico e digital ao IMAC antes do início da operação da barragem (primeiro enchimento), para barragens novas, a partir de quando deverá estar disponível para utilização pela Equipe de Segurança de Barragem, e para consulta pelo IMAC e pela Defesa Civil.

§ 1º O empreendedor deve manter o PSB atualizado e operacional até a desativação da barragem.

§ 2º O PSB deve ser elaborado e assinado por responsável técnico com registro no respectivo conselho profissional, bem como incluir manifestação de ciência por parte do empreendedor, no caso de pessoa física, ou do titular do cargo de maior hierarquia na estrutura da pessoa jurídica.

Art. 8º - À medida que ocorrerem as atividades de operação, monitoramento, manutenção, bem como das inspeções regulares e especiais, os respectivos registros devem ser inseridos no Volume IV do Plano de Segurança da Barragem.

Art. 9º - Em caso de alteração da classificação da barragem, o IMAC estipulará prazo para eventual adequação do PSB.

Art. 10 - O PSB deverá ser atualizado em decorrência das atividades de operação, monitoramento, manutenção, da realização de ISR, ISE e RPSB, e das atualizações do PAE, incorporando os seus registros e relatórios, bem como as suas exigências e recomendações.

Parágrafo Único. Todas as atualizações a que se refere o caput deverão ser anotadas e assinadas em folha de controle de alterações, que deverá fazer parte dos respectivos volumes do PSB.

CAPÍTULO III

DA LOCALIZAÇÃO DO PSB

Art. 11 - O Plano de Segurança da Barragem deve estar disponível e acessível, antes do início da operação da estrutura, para a equipe responsável pela operação e gestão da barragem no local do empreendimento, para o órgão fiscalizador, no escritório regional do empreendedor, caso exista, em sua sede, bem como ser inserido no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB).

TÍTULO III

DA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA REGULAR - ISR

CAPÍTULO I

DO CONTEÚDO MÍNIMO E NÍVEL DE DETALHAMENTO DO RELATÓRIO DA ISR

Art. 12 - A ISR deve ser realizada regularmente com vistas a avaliar as condições físicas e operacionais das partes integrantes da barragem visando identificar e monitorar anomalias que afetem potencialmente a sua segurança.

Art. 13 - Cada ISR terá como produto final:

I - a Ficha de Inspeção Regular preenchida;

II - o Extrato da Inspeção de Segurança Regular;

III - a Declaração do Estado Geral de Conservação e Segurança da Barragem; e

IV - o Relatório de ISR com parecer conclusivo sobre as condições de segurança da barragem, indicando as recomendações e ações detalhadas a serem adotadas pelo empreendedor para mitigação e solução dos problemas encontrados e/ou prevenção de novas ocorrências, visando a manutenção da segurança da estrutura.

Parágrafo Único. O IMAC deverá estabelecer prazo para que o empreendedor cumpra as ações previstas nos relatórios de inspeção de segurança regular.

Art. 14 - A Ficha de Inspeção Regular será parte integrante do relatório da ISR e terá seu modelo definido pelo IMAC, devendo abranger todos os componentes e estruturas associadas à barragem.

Art. 15 - O Extrato de ISR, bem como a Declaração do Estado Geral de Conservação e Segurança da Barragem com referência à última ISR, deverão ser elaborados conforme modelos fornecidos pelo IMAC e encaminhados ao referido órgão, de acordo com a periodicidade estabelecida no artigo 20 desta Portaria.

Parágrafo Único: A Declaração do Estado Geral de Conservação e Segurança da Barragem deverá ser assinada pelo empreendedor e pelo responsável técnico que elaborou o Relatório de ISR, e estar acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica-ART.

Art. 16 - O Relatório de ISR deverá ser elaborado observando-se o conteúdo mínimo e nível de detalhamento dispostos no Anexo II (Volume IV do PSB).

§ 1º - O Relatório de ISR deverá estar acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela segurança de barragem e/ou do profissional que o elaborou;

§ 2º - Os Relatórios de ISR deverão ser anexados ao Plano de Segurança da Barragem em até 60 (sessenta) dias após a data de realização da inspeção.

Art. 17 - A Classificação do Nível de Perigo da Anomalia (NPA) deverá constar no Relatório da ISR e deverá ser realizada de acordo com as orientações a seguir:

a) Normal: quando determinada anomalia não compromete a segurança da barragem;

b) Atenção: quando determinada anomalia não compromete de imediato a segurança da barragem, mas, caso venha a progredir, pode comprometê-la, devendo ser controlada, monitorada ou reparada;

c) Alerta: quando determinada anomalia compromete a segurança da barragem, devendo ser tomadas providências imediatas para a sua eliminação; e

d) Emergência: quando determinada anomalia representa alta probabilidade de ruptura da barragem.

Parágrafo Único. No caso de anomalias classificadas como Alerta ou Emergência, deverá constar obrigatoriamente no Relatório da ISR o prazo máximo para que sejam sanadas.

Art. 18 - A Classificação do Nível de Perigo da Barragem (NPB) deverá constar no Relatório da ISR, considerando as definições a seguir:

a) Normal: quando não foram encontradas anomalias ou o efeito conjugado das anomalias encontradas não compromete a segurança da barragem, devendo ser controladas e monitoradas ao longo do tempo;

b) Atenção: quando o efeito conjugado das anomalias encontradas não compromete de imediato a segurança da barragem, mas caso venha a progredir, pode comprometê-la, devendo ser controladas, monitoradas ou reparadas ao longo do tempo;

c) Alerta: quando o efeito conjugado das anomalias encontradas representa risco à segurança da barragem, devendo ser tomadas providências imediatas para a eliminação do problema; e

d) Emergência: quando o efeito conjugado das anomalias encontradas representa alta probabilidade de ruptura da barragem, devendo ser tomadas medidas para prevenção e redução dos danos materiais e a humanos decorrentes de uma eventual ruptura.

§ 1º - O NPB será no mínimo igual ao NPA de maior gravidade, devendo no que couber, estar compatibilizado com o Nível de Resposta previsto no art. 40 desta Portaria;

§ 2º - No caso de o NPB ser classificado como Emergência, o empreendedor deverá informar imediatamente ao IMAC e à Defesa Civil.

CAPÍTULO II

DA PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DAS ISR

Art. 19 - As Inspeções de Segurança Regulares - ISR terão periodicidade definida em função da classificação realizada pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC em termos de Categoria de Risco e Dano Potencial Associado das barragens, e deverão ser realizadas pelo Empreendedor durante os Ciclos de Inspeções, conforme periodicidades mínimas, a seguir:

I - Periodicidade anual: Barragens classificadas como de dano potencial alto, independente do risco; Barragens classificadas como de dano potencial médio e risco alto; Barragens classificadas como de dano potencial médio e risco médio;

II - Periodicidade bienal: Barragens classificadas como de dano potencial médio e risco baixo; Barragens classificadas como de dano potencial baixo, independente do risco.

§ 1º - O IMAC, mediante ato devidamente motivado, poderá exigir Inspeções de Segurança Regulares complementares às definidas neste artigo, sempre que houver razões que a justifiquem;

§ 2º - As Inspeções de Segurança Regulares subsequentes com periodicidade de realização anual ou bienal deverão ser executadas em Ciclos de Inspeções distintos.

CAPÍTULO III

DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DA ISR E ENVIO AO IMAC

Art. 20 - O Relatório e demais produtos finais das ISR, aos quais se refere o artigo 13 desta Portaria, deverão ser encaminhados em meio físico e digital ao IMAC, em função do Nível de Perigo da Barragem, nos seguintes prazos:

I - Normal e Atenção:

a) até 31 de julho de cada ano, para as inspeções realizadas no Primeiro Ciclo de Inspeções; e

b) até 31 de janeiro de cada ano, para as inspeções realizadas no Segundo Ciclo de Inspeções do ano anterior;

II - Alerta: em até 15 (quinze) dias após a realização da inspeção; e

III - Emergência: em até 1 (um) dia após a realização da inspeção.

Parágrafo Único: No caso previsto no inciso III, em que o nível da barragem for classificado como emergência, deverão ser encaminhados no mínimo a Ficha de Inspeção Regular preenchida e o Extrato da Inspeção de Segurança Regular de Barragem no prazo estipulado. O Relatório de Inspeção Regular bem como a Declaração do Estado Geral de Conservação e Segurança da Barragem poderão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias após a realização da inspeção.

TÍTULO IV

DA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA ESPECIAL - ISE

CAPÍTULO I

DO CONTEÚDO MÍNIMO E NÍVEL DE DETALHAMENTO DO RELATÓRIO DA ISE

Art. 21 - A Inspeção de Segurança Especial de Barragem deverá ser realizada sempre que surja uma das situações descritas no artigo 26 desta Portaria.

Art. 22 - A ISE terá como produto final:

I - A Ficha de Inspeção Especial preenchida;

III - O Extrato de Inspeção Especial;

IV - O Relatório com parecer conclusivo sobre as condições de segurança da barragem, contendo recomendações e ações detalhadas a serem adotadas pelo empreendedor para mitigação e solução dos problemas encontrados e/ou prevenção de novas ocorrências, visando a manutenção da segurança da estrutura.

Parágrafo Único. O IMAC deverá estabelecer prazo para que o empreendedor cumpra as ações previstas nos relatórios de inspeção de segurança especial.

Art. 23 - A Ficha de Inspeção Especial será parte integrante do relatório da ISE e terá seu modelo definido pelo IMAC, devendo abranger todos os componentes e estruturas associadas à barragem.

Art. 24 - O Extrato da ISE deverá ser elaborado conforme modelo fornecido pelo IMAC.

Art. 25 - O Relatório da ISE deverá ser elaborado conforme conteúdo mínimo e nível de detalhamento dispostos no Anexo II (Volume IV do PSB).

§ 1º. O Relatório de ISE deverá estar acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela segurança de barragem e/ou do profissional que o elaborou.

§ 2º Os Relatórios de ISE deverão ser anexados ao Plano de Segurança da Barragem em 30 (trinta) dias após a data de realização da inspeção.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO DA ISE

Art. 26 - A Inspeção de Segurança Especial - ISE não está sujeita ou condicionada à periodicidade prevista para a inspeção regular, bem como não a substitui, devendo ser realizada sempre:

I - quando do surgimento de anomalia(s) na barragem considerada(s) grave(s) que não tenha(m) sido objeto(s) da inspeção regular;

II - quando o Nível de Perigo da Barragem (NPB) for classificado como Alerta ou Emergência;

III - antes do início do primeiro enchimento do reservatório;

IV - quando da realização da Revisão Periódica de Segurança de Barragem;

V - quando houver deplecionamento rápido do reservatório;

VI - após eventos extremos, tais como: cheias extraordinárias, sismos e secas prolongadas;

VII - em situações de descomissionamento ou abandono da barragem;

VIII - em situações de sabotagem.

§ 1º Em qualquer situação, o IMAC poderá requerer uma Inspeção de Segurança Especial, se julgar necessário;

§ 2º As barragens classificadas na classe D e E, conforme a Matriz de Classificação, devem realizar ISE, obrigatoriamente, nas situações dos incisos I, II e IV deste artigo.

CAPÍTULO III

DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DA ISE E ENVIO AO IMAC

Art. 27 - O Relatório e demais produtos finais das ISE, aos quais se refere o artigo 22 desta Portaria, deverão ser elaborados imediatamente e encaminhados ao IMAC em meio físico e digital no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a realização da ISE.

Parágrafo Único. Quando a realização da ISE tiver sido motivada pelas situações mencionadas no inciso I e II do artigo 26, o prazo de envio do relatório e demais documentos será de no máximo 5 (cinco) dias.

TÍTULO V

DA REVISÃO PERIÓDICA DE SEGURANÇA DA BARRAGEM - RPSB

CAPÍTULO I

DO CONTEÚDO MÍNIMO E NÍVEL DE DETALHAMENTO DO RELATÓRIO E DO RESUMO EXECUTIVO DA RPSB

Art. 28 - A Revisão Periódica de Segurança de Barragem-RPSB, parte integrante do PSB, tem por objetivo verificar o estado geral de segurança da barragem, considerando o atual estado da arte para os critérios de projeto, a atualização dos dados hidrológicos e as alterações das condições a montante e a jusante da barragem.

Art. 29 - Os produtos finais da RPSB serão um Relatório e um Resumo Executivo, correspondentes ao Volume V do PSB, cujos conteúdos mínimos e nível de detalhamento estão dispostos no Anexo II desta Portaria.

Art. 30 - O Relatório da RPSB deverá indicar as ações a serem adotadas pelo Empreendedor para a manutenção da segurança, compreendendo, para tanto:

I - o exame de toda a documentação da barragem, em particular dos relatórios de inspeção;

II - o exame dos procedimentos de manutenção e operação adotados pelo empreendedor;

III - a análise comparativa do desempenho da barragem em relação às revisões efetuadas anteriormente.

Art. 31 - O Relatório da RPSB deverá indicar a necessidade, quando cabível, de:

I - elaboração ou alteração dos planos de operação, manutenção, instrumentação, testes ou inspeções;

II - dispositivos complementares de descarga;

III - implantação, incremento ou melhoria nos dispositivos e frequências de instrumentação e monitoramento;

IV - obras ou reformas para garantia da estabilidade estrutural da barragem; e

V - outros aspectos relevantes indicados pelo responsável técnico pelo documento.

Parágrafo Único. O IMAC deverá estabelecer prazo para que o empreendedor cumpra as ações previstas na Revisão Periódica de Segurança de Barragem.

CAPÍTULO II

DA PERIODICIDADE DE EXECUÇÃO DA REVISÃO PERIÓDICA DE SEGURANÇA DE BARRAGEM

Art. 32 - A periodicidade da RPSB é definida em função da Matriz de Categoria de Risco e Dano Potencial Associado constante do Anexo I, sendo:

I - Classe A: a cada 5 (cinco) anos;

II - Classe B: a cada 7 (sete) anos;

III - Classe C: a cada 10 (dez) anos;

IV - Classes D e E: a cada 12 (doze) anos.

§ 1º Para as barragens novas, o prazo para a primeira RPSB começa a contar do início do primeiro enchimento;

§ 2º Em caso de alteração na classificação, o IMAC poderá estipular um novo prazo para a realização da RPSB subsequente.

CAPÍTULO III

DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DO RESUMO EXECUTIVO DA RPSB E ENVIO AO IMAC

Art. 33 - O Resumo Executivo da RPSB deverá ser enviado em meio físico e digital ao IMAC em até 60 (sessenta) dias após a conclusão do Relatório da RPSB, acompanhado da respectiva ART e com as assinaturas do responsável técnico pela elaboração do relatório e do representante legal do empreendedor.

TÍTULO VI

DO PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA - PAE

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, DO CONTEÚDO MÍNIMO E DO NÍVEL DE DETALHAMENTO DO PAE

Art. 34 - O PAE será exigido para barragens de Classes A, B, C e D (DPA alto ou médio, independente do risco), conforme Matriz de Classificação constante do Anexo I.

Parágrafo Único. As barragens classificadas como de alto risco, independente do dano potencial associado, poderão ser objeto de apresentação do PAE a critério do IMAC.

Art. 35 - O PAE deverá contemplar o previsto no artigo 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e seu nível de detalhamento deve seguir o estabelecido no Anexo II (Volume VI).

Parágrafo Único. Para as barragens com altura inferior a 15 m e capacidade do reservatório inferior a 3.000.000 m³, o IMAC, a seu critério, poderá aceitar a apresentação de estudo simplificado para elaboração do mapa de inundação.

CAPÍTULO II

DO PRAZO PARA ELABORAÇÃO E DA PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PAE

Art. 36 - Para barragens novas, o PAE deverá ser elaborado antes do início da do primeiro enchimento, a partir de quando deverá estar disponível para utilização.

Art. 37 - O PAE deverá ser atualizado anualmente nos seguintes aspectos: endereços, telefones e e-mails dos contatos contidos no Fluxograma de Notificação; responsabilidades gerais no PAE; listagem de recursos materiais e logísticos disponíveis a serem utilizados em situação de emergência; e outras informações que tenham se alterado no período.

Parágrafo Único. É de responsabilidade do empreendedor a divulgação da atualização do PAE e a substituição das versões disponibilizadas aos entes constantes dos incisos do artigo 39.

Art. 38 - O PAE deverá ser revisto periodicamente, a critério do IMAC, nas seguintes ocasiões:

I - quando o relatório de inspeção ou a Revisão Periódica de Segurança de Barragem assim o recomendar;

II - sempre que a instalação sofrer modificações físicas, operacionais ou organizacionais capazes de influenciar no risco de acidente ou desastre;

III - quando a execução do PAE em exercício simulado, acidente ou desastre indicar a sua necessidade;

IV - em outras situações, a critério do IMAC.

Parágrafo Único. A revisão do PAE implica reavaliação da ocupação a jusante e da eventual necessidade de elaboração de novo mapa de inundação.

CAPÍTULO III

DA DISPONIBILIZAÇÃO DO PAE

Art. 39 - O PAE, quando exigido, deverá estar disponível, além do estabelecido no artigo 11:

I - na residência do coordenador do PAE;

II - em meio físico no empreendimento;

III - nas prefeituras dos municípios abrangidos pelo PAE;

IV - nos órgãos de proteção e Defesa Civil dos municípios e estados inseridos no mapa de inundação;

IV - nas instalações dos empreendedores de barragens localizadas na área afetada por um possível rompimento;

V - No site do empreendedor e ser mantido, em meio digital, no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens-SNISB.

§ 1º O empreendedor deve atender às solicitações de informações adicionais de autoridades públicas, para fins de esclarecimento do conteúdo do PAE;

§ 2º O empreendedor deverá, antes do início do primeiro enchimento do reservatório da barragem, elaborar, implementar e operacionalizar o PAE e realizar reuniões com as comunidades para a apresentação do plano e a execução das medidas preventivas nele previstas, em trabalho conjunto com as prefeituras municipais e os órgãos de proteção e defesa civil;

§ 3º O empreendedor e os órgãos de proteção e defesa civil municipais e estaduais deverão articular-se para promover e operacionalizar os procedimentos emergenciais constantes do PAE;

§ 4º Os órgãos de proteção e defesa civil e os representantes da população da área potencialmente afetada devem ser ouvidos na fase de elaboração do PAE quanto às medidas de segurança e aos procedimentos de evacuação em caso de emergência;

§ 5º O empreendedor deverá, juntamente com os órgãos locais de proteção e defesa civil, realizar, em periodicidade a ser definida pelo IMAC, exercício prático de simulação de situação de emergência com a população da área potencialmente afetada por eventual ruptura da barragem;

§ 6º O empreendedor deverá estender os elementos de autoproteção existentes na ZAS aos locais habitados da ZSS nos quais os órgãos de proteção e defesa civil não possam atuar tempestivamente em caso de vazamento ou rompimento da barragem;

§ 7º Em caso de desastre, será instalada sala de situação para encaminhamento das ações de emergência e para comunicação transparente com a sociedade, com participação do empreendedor, de representantes dos órgãos de proteção e defesa civil, da autoridade licenciadora do Sisnama, dos órgãos fiscalizadores e das comunidades e municípios afetados.

CAPÍTULO IV

DAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM POTENCIAL E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 40 - Ao se detectar uma situação que possivelmente comprometa a segurança da barragem e/ou de áreas no vale a jusante, dever-se-á avaliá-la e classificá-la, de acordo com o Nível de Resposta, conforme código de cores padrão em:

I - Nível de Resposta 0 (verde): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem não compromete a sua segurança, mas deve ser controlada e monitorada ao longo do tempo;

II - Nível de Resposta 1 (amarelo): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem não compromete a sua segurança no curto prazo, mas deve ser controlada, monitorada ou reparada;

III - Nível de Resposta 2 (laranja): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem represente ameaça à segurança da barragem no curto prazo, devendo ser tomadas providências para a eliminação do problema;

IV - Nível de Resposta 3 (vermelho): quando a situação encontrada ou a ação de eventos externos à barragem represente alta probabilidade de ruptura, devendo ser tomadas medidas para prevenção e redução dos danos decorrentes do colapso da barragem.

§1º A convenção adotada neste artigo deve ser utilizada na comunicação entre o empreendedor e as autoridades competentes sobre a situação de emergência em potencial da barragem;

§2º O disposto nesse artigo deve, no que couber, estar compatibilizado com o NPB.

Art. 41 - Cabe ao empreendedor da barragem:

I - providenciar a elaboração do PAE;

II - promover treinamentos internos, no máximo a cada dois anos, e manter os respectivos registros das atividades;

III - participar de simulações de situações de emergência, em conjunto com prefeituras, Defesa Civil e população potencialmente afetada na Zona de Autossalvamento - ZAS, em periodicidade a ser definida pelo IMAC;

IV - designar, formalmente, o Coordenador do PAE podendo ser o próprio empreendedor;

V - detectar, avaliar e classificar as situações de emergência em potencial, de acordo com os Níveis de Resposta;

VI - emitir declaração de início e encerramento de emergência, obrigatoriamente para os Níveis de Resposta 2 e 3 (laranja e vermelho);

VII - executar as ações previstas no Fluxograma de Notificação do PAE;

VIII - alertar a população potencialmente afetada na ZAS, caso se declare Nível de Resposta 2 e 3 (laranja e vermelho), sem prejuízo das demais ações previstas no PAE e das ações das autoridades públicas competentes;

IX - estabelecer, em conjunto com a Defesa Civil, estratégias de comunicação e de orientação à população potencialmente afetada na ZAS sobre procedimentos a serem adotados nas situações do inciso anterior;

X - providenciar a elaboração do relatório de encerramento de emergência, conforme o artigo 42 desta Portaria.

CAPÍTULO V

DO ENCERRAMENTO DA EMERGÊNCIA

Art. 42 - Uma vez terminada a situação de emergência, o Coordenador do PAE deverá providenciar a elaboração do Relatório de Encerramento de Emergência, em até 60 dias, contendo:

I - descrição detalhada do evento e possíveis causas;

II - relatório fotográfico;

III - descrição das ações realizadas durante o evento, inclusive cópia das declarações emitidas e registro dos contatos efetuados;

IV - indicação das áreas afetadas com identificação dos níveis ou cotas altimétricas atingidas pela onda de cheia, quando couber;

V - consequências do evento, inclusive danos materiais à vida e à propriedade;

VI - proposições de melhorias para revisão do PAE;

VII - conclusões sobre o evento; e

VIII - ciência do responsável legal pelo empreendimento;

Parágrafo Único. Deverá ser encaminhada ao IMAC cópia física e em meio digital, do Relatório de Encerramento da Emergência, assim que concluído.

TÍTULO VII

DA QUALIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Art. 43 - Os responsáveis técnicos pela elaboração do PSB, da ISR, da ISE, da RPSB e do PAE, deverão ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com atribuições profissionais para projeto ou construção ou operação ou manutenção de barragens de terra ou de concreto compatíveis com as definidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), e deverão recolher Anotação de Responsabilidade Técnica-ART destes serviços.

Parágrafo único: Os Relatórios de ISR e ISE, os respectivos extratos e a Declaração do Estado Geral de Conservação e Segurança da Barragem deverão ser elaborados por equipe ou profissional com as qualificações exigidas neste artigo.

Art. 44 - A ISR deverá ser efetuada pela própria Equipe multidisciplinar de Segurança da Barragem, composta por profissionais treinados e capacitados, devendo o relatório resultante indicar as ações a serem adotadas pelo empreendedor para a manutenção da segurança da barragem, permanecendo disponível ao órgão fiscalizador e à sociedade civil.

Art. 45 - A RPSB e a ISE deverão ser realizadas por equipe multidisciplinar de especialistas com competência nas diversas disciplinas que envolvam a segurança da barragem em estudo.

Parágrafo Único. A equipe a que se refere o caput deverá ser externa ao Empreendedor, contratada para este fim.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46 - Os empreendedores cujas barragens estejam em operação na data de publicação desta Portaria terão prazo de 02 (dois) anos para elaborar ou adequar o PSB, o PAE (quando exigido) e realizar a primeira RPSB.

Art. 47 - O prazo limite para realização das revisões periódicas de segurança das barragens cuja operação tenha iniciado até a data de publicação desta portaria será em função do número de barragens do Empreendedor e deverá respeitar os prazos totais e intermediários definidos no Anexo III. § 1º Para fins de contabilização do número de barragens por Empreendedor considerar-se-á todas as suas barragens, independentemente do tipo, porte e domínio do corpo d'água barrado.

§ 2º A sequência proposta de realização das revisões periódicas de segurança das barragens para os empreendedores que possuam mais de uma barragem deverá ser determinada em ordem decrescente de volume dos respectivos reservatórios.

§ 3º A elaboração do Plano de Segurança da Barragem deverá ser concluída em até 01 (um) ano após a primeira Revisão Periódica de Segurança de Barragem, a que se refere o caput.

Art. 48 - Os empreendedores de barragens existentes que ainda não possuem outorga de direito de uso de recursos hídricos com a finalidade de reservação, deverão encaminhar pedido de outorga ao IMAC no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a data de publicação desta Portaria.

§ 1º A responsabilidade pelas barragens não assumidas por nenhum órgão público dos governos federal, estadual ou municipal, e por nenhum agente privado, poderá ser atribuída aos seus beneficiários diretos;

§ 2º Quando houver mais de um beneficiário direto da barragem, poderá ser constituída associação para fins de obtenção de outorga e responsabilidade legal quanto à segurança da barragem;

§ 3º As barragens identificadas pelo IMAC que não tiverem empreendedor identificado no prazo referido no caput poderão ser objeto de processo de descomissionamento e demolição.

Art. 49 - O não cumprimento do disposto nesta Portaria assim como a declaração inverídica de informações, sujeitará o infrator às penalidades previstas no artigo 50 da Lei Federal n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 72 da Lei Federal n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, artigo 3º do Decreto Federal n.º 6.514 de 22 de julho de 2008 e artigo 58 da Lei Estadual n.º 1.500, de 15 de julho de 2003.

Art. 50 - Revoga-se a Portaria n.º 07, de 11 de dezembro de 2017, publicada no DOE n.º 12.197, de 12 de dezembro de 2017, páginas 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44.

Art. 51 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nelson Rodrigues Sales

DIRETOR PRESIDENTE DO IMAC

DECRETO N.º 1.985-P de 22.07.2022

DOE N.º.13.333-A

ANEXO I

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO

CATEGORIA DE RISCO	DANO POTENCIAL ASSOCIADO		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTO	A	B	C
MÉDIO	A	C	D
BAIXO	B	D	E

ANEXO II

CONTEÚDO MÍNIMO E NÍVEL DE DETALHAMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGEM

VOLUMES	CONTEÚDO MÍNIMO	OBSERVAÇÕES
Volume I Informações Gerais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação do Empreendedor 2. Caracterização do empreendimento 3. Características Técnicas do Projeto e da Construção 4. Indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes; 5. Estrutura organizacional, contatos dos responsáveis e qualificação técnica dos profissionais da equipe de segurança barragem 6. Quando for o caso, indicação da entidade responsável pela regra operacional do reservatório 7. Classificação da barragem quanto à Categoria de Risco e Dano Potencial Associado; 8. Formulário Técnico da Barragem (modelo ANA). 	
Volume II Documentação Técnica do empreendimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetos (básico e/ou executivo). Na inexistência desses projetos, estudos simplificados no que se refere à caracterização geotécnica do maciço, fundações e estruturas associadas, levantamento geométrico (topografia) e estudo hidrológico/hidráulico das estruturas de descarga; 2. Projeto como construído (As built); 3. Manuais dos equipamentos; 4. Licenças Ambientais, outorgas e demais requerimentos legais. 	Em relação ao Volume II. Documentação Técnica do Empreendimento, os documentos técnicos deverão ser apresentados em meio digital e, se possível, estar disponível para download no sítio do empreendedor.
Volume III Planos e Procedimentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regra operacional dos dispositivos de descarga; 2. Procedimentos para atendimento às regras operacionais definidas pelo Empreendedor ou entidade responsável, quando for o caso. 3. Planejamento das manutenções; 4. Plano de monitoramento e instrumentação; 5. Planejamento das inspeções de segurança da barragem; e 6. Cronograma de testes de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos. 	Em relação ao Volume III. Planos e Procedimentos, para barragens de Classe D e E, somente os itens 1 e 2 serão obrigatórios. O planejamento das inspeções de segurança a que se refere o item 5, deverá atender à periodicidade definida nesta Portaria.

<p>Volume IV Registros e Controles</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Registros dos testes de equipamentos hidráulicos, elétricos e mecânicos; 2. Registros de Operação; 3. Registros da Manutenção; 4. Registros de Monitoramento e Instrumentação; 5. Relatórios de ISR e ISE de Barragens, devendo conter: <ol style="list-style-type: none"> a) Identificação do representante legal do empreendedor; b) Identificação do responsável técnico pela elaboração do Relatório e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica-ART; c) Ficha de inspeção visual preenchida, englobando todas as estruturas da barragem e a indicação de anomalias; d) Avaliação e registro, inclusive fotográfico, de todas as anomalias encontradas, avaliando suas causas, desenvolvimento e consequências para a segurança da barragem; e) Reclassificação da barragem, quando necessária, quanto ao dano potencial e categoria de risco; f) Comparação com os resultados da Inspeção de Segurança Regular-ISR anterior; g) Avaliação das condições e dos registros da instrumentação existente, indicando a necessidade de manutenção, de reparos ou de inspeções regulares e especiais, recomendando os serviços necessários; h) Classificação do Nível de Perigo da Anomalia –NPA (Normal, Atenção, Alerta ou Emergência); i) Classificação do Nível de Perigo da Barragem -NPB (Normal, Atenção, Alerta ou Emergência); j) No caso de ISE, reclassificação, quando necessária: de cada anomalia identificada na ficha de inspeção quanto à magnitude e nível de perigo; da barragem quanto ao nível de perigo; k) Ciente do representante legal do empreendedor. 	<p>Em relação ao Volume IV. Registros e Controles, os documentos técnicos deverão ser apresentados em meio digital e, se possível, estar disponível para download no sítio do empreendedor.</p>
<p>Volume V Revisão Periódica de Segurança da Barragem</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resultado de Inspeção de Segurança Especial -ISE da barragem e de suas estruturas associadas; 2. Reavaliação do projeto existente com análise conclusiva da estabilidade da barragem, de acordo com os critérios de projeto aplicáveis à época da revisão; 3. Atualização das séries e estudos hidrológicos e confrontação desses estudos com a capacidade dos dispositivos de descarga existentes, se pertinente; 4. Reavaliação dos procedimentos de operação, manutenção, testes, instrumentação e monitoramento; 5. Reavaliação do Plano de Ação de Emergência – PAE, quando for o caso; 6. Revisão dos relatórios das Revisões Periódicas de Segurança da Barragem anteriores; 7. Considerações sobre eventual reavaliação da classificação quanto à Categoria de Risco e quanto ao Dano Potencial Associado; 8. Conclusões sobre a segurança da barragem; 9. Recomendações de melhorias a implementar para reforço de segurança da barragem; 10. Estimativa preliminar dos custos e prazos para implantação das recomendações; 11. Resumo Executivo, contendo: <ol style="list-style-type: none"> a) Identificação da barragem e empreendedor; b) Identificação do Responsável Técnico pela Revisão Periódica; c) Período de realização do trabalho; d) Listagem dos estudos realizados; e) Conclusões; f) Recomendações; g) Plano de ação de melhorias e cronograma de implantação das ações indicadas no trabalho. 	
<p>Volume VI Plano de Ação de Emergência – PAE</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação e objetivo do PAE; 2. Plano de comunicação, incluindo identificação e contatos dos responsáveis pelo PAE no empreendimento (empreendedor, coordenador), da prefeitura municipal, dos órgãos de segurança pública e de proteção e defesa civil, das unidades hospitalares mais próximas e das demais entidades envolvidas no Fluxograma de Notificação; 3. Descrição geral da barragem e estruturas associadas, incluindo acessos à barragem e características hidrológicas, geológicas e sísmicas; 4. Identificação e dados técnicos das estruturas, das instalações e dos equipamentos de monitoramento da barragem; 5. Recursos materiais e logísticos na barragem, incluindo aqueles para serem utilizados em situações de emergência em potencial; 6. Previsão de instalação de sistema sonoro ou de outra solução tecnológica de maior eficácia em situação de alerta ou emergência, com alcance definido pelo IMAC; 7. Planejamento de rotas de fuga e pontos de encontro, com a respectiva sinalização; 8. Descrição das possíveis situações de emergência; 9. Classificação das situações de emergência em potencial conforme Nível de Resposta; 10. Procedimentos para identificação de mau funcionamento, de condições potenciais de ruptura da barragem e de outras ocorrências anormais; Notificação (incluindo o Fluxograma de Notificação) e Sistema de Alerta; 11. Responsabilidades no PAE (empreendedor, Coordenador do PAE, equipe técnica e Defesa Civil); 	

	<p>12. Identificação e avaliação dos riscos, com definição das hipóteses e dos cenários possíveis de acidente ou desastre;</p> <p>13. Procedimentos preventivos e corretivos e ações de resposta às situações emergenciais identificadas nos cenários acidentais;</p> <p>14. Dimensionamento dos recursos humanos e materiais necessários para resposta ao pior cenário identificado;</p> <p>15. Síntese do estudo de inundação com os respectivos mapas ou mapa de inundação, considerado o pior cenário identificado com delimitação da Zona de Autossalvamento – ZAS e da Zona de Segurança Secundária (ZSS) e indicação de outros pontos vulneráveis potencialmente afetados;</p> <p>16. Levantamento cadastral e mapeamento atualizado da população existente na ZAS, incluindo a identificação de vulnerabilidades sociais;</p> <p>17. Medidas específicas, em articulação com o poder público, para resgatar atingidos, pessoas e animais, para mitigar impactos ambientais, para assegurar o abastecimento de água potável e para resgatar e salvaguardar o patrimônio cultural;</p> <p>18. Plano de Treinamento do PAE (programas de treinamento e divulgação para os envolvidos e para as comunidades potencialmente afetadas, com proposta de realização de exercícios simulados periódicos, e atribuições/responsabilidades dos envolvidos e fluxograma de acionamento);</p> <p>19. Formulários de declaração de início da emergência, de declaração de encerramento da emergência e de mensagem de notificação;</p> <p>20. Relação das entidades públicas e privadas que receberam cópia do PAE com os respectivos protocolos de recebimento.</p>	
--	--	--

ANEXO III

CRONOGRAMA COM DATAS LIMITE DE REALIZAÇÃO DA REVISÃO PERIÓDICA DE SEGURANÇA DE BARRAGEM

Nº DE BARRAGENS POR EMPREENDEDOR	PRAZOS PARA ELABORAÇÃO DAS REVISÕES PERIÓDICAS DE SEGURANÇA DE BARRAGEM (Contados a partir da publicação desta portaria)	
	PRAZOS INTERMEDIÁRIOS	PRAZO LIMITE
1 barragem	-	1 ano
2 barragens	-	2 anos
3 a 5 barragens	3 barragens em até 2 anos	5 anos
6 a 10 barragens	4 barragens em até 3 anos	7 anos
11 a 20 barragens	6 barragens em até 3 anos 10 barragens em até 5 anos	10 anos
Mais de 20 barragens	7 barragens em até 4 anos 10 barragens em até 5 anos 20 barragens em até 10 anos	15 anos

ITERACRE

EXTRATO DE CONTRATO

SABE: 0053.011529.00001/2021-39

Contrato nº 001/2021

Aditivo nº 02

Ata 01/2021/SEPLAG

Pregão Eletrônico Nº 28/2021 CPL 04/SEPLAG

DAS PARTES: O ESTADO DO ACRE ATRAVÉS DO O INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE E A EMPRESA MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de implantação e operacionalização de sistema informatizado de abastecimento e administração de despesas com combustíveis em postos credenciados, mediante uso de cartão eletrônico ou magnético, com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis para frota, máquinas e equipamentos pertencentes ou sob responsabilidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, visando o adequado funcionamento da estrutura administrativa e técnica, necessária ao desenvolvimento de programas e projetos do Instituto de Terras do Acre ITERACRE, no Estado do Acre.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de trabalho - 744.206.21.1272277.4262.0000

Elemento de despesa – 33.90.39.00

Fonte – 100 (RP)

DA VIGÊNCIA: A vigência inicia de 01 janeiro de 2023, com prazo de validade ate 31 de Dezembro de 2023.

Assinam: Alirio Wanderley Neto pelo Instituto de Terras do Acre ITERACRE e Henrique Avelino dos Anjos pela Empresa MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA . Rio Branco - AC, 20 de Dezembro 2022.

Extrato de termo aditivo Nº 7/2022

CONTRATO Nº: 007/2022

PROCESSO Nº: 0053.011529.00015/2022-33

OBJETO: o presente extrato ao primeiro termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses.

DAS PARTES: estado do acre, através do instituto de terras do acre - iteracre e empresa s & r administradora e corretora de seguros e monitoramento de veículos ltda.

DA VIGÊNCIA: o presente instrumento do objeto terá vigência a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2023 e seu encerramento será no dia 31 de dezembro de 2023 podendo ser prorrogado através de termo aditivo, conforme a necessidade da administração, havendo concordância entre as partes. a vigência deste documento coincide com o prazo de execução, de acordo com o art. 57, ii, da lei 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: a disponibilidade orçamentária está prevista para ocorrer no exercício do ano de 2023, visto que a presente prorrogação produzirá seus efeitos apenas em 01 de janeiro de 2023. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: o presente instrumento está amparado no ART. 57, II DA LEI Nº 8.666/93 e suas alterações e com cláusula décima - da vigência do contrato ora aditado.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA: RIO BRANCO/AC, 21 DE DEZEMBRO DE 2022.

ASSINAM: ALÍRIO WANDERLEY NETO - PRESIDENTE - CONTRATANTE E MARCELO FERREIRA DE SANTANA - SÓCIO - CONTRATADA